

PORTUGAL CONTINENTAL NA UNIÃO EUROPEIA



Comissão Europeia
Gabinete em Portugal - Largo Jean Monnet, 1 - 10.º 1200 LISBOA

Textos terminados em Janeiro de 1994

Ilustrações: Anne Howeson - Lionel Koechlin
Fotografias cedidas pelas Comissões de Coordenação Regional no Continente, pelo Gabinete do Subsecretário Regional da Cooperação Externa da R.A. dos Açores e pela Direcção Regional para os Assuntos das Comunidades Europeias da R.A. da Madeira

Editor: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias
Luxemburgo, 1994

© CECA - CEE - CEEA, Bruxelas · Luxemburgo, 1994
Reprodução autorizada com menção da fonte, salvo para fins comerciais

Impresso em Maio de 1994

Depósito Legal N.º 77687/94

Composição e Impressão
Gráfica Monumental, Lda. - Lisboa

ÍNDICE

A União Europeia ao serviço das Regiões	2
Portugal Continental na União Europeia	8
Quadro Comunitário de Apoio	9
Exemplos de intervenções	14

A UNIÃO EUROPEIA AO SERVIÇO DAS REGIÕES

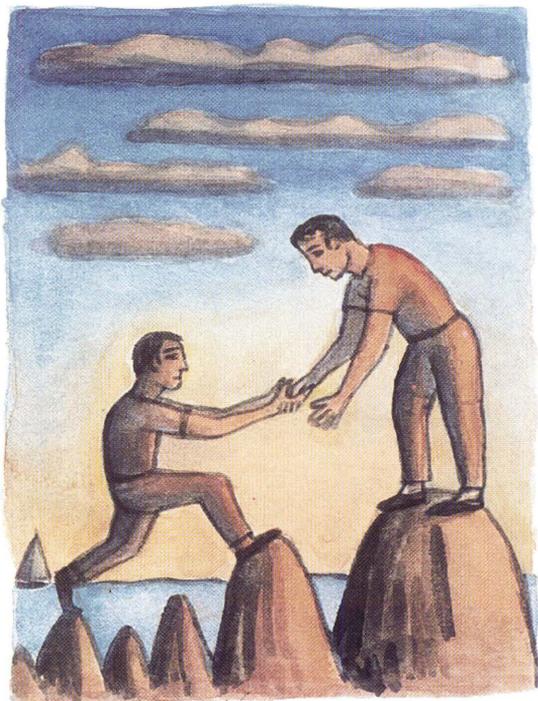
Composta por 12 Estados membros, com uma população que ultrapassa os 340 milhões de habitantes, a União Europeia (UE) é hoje uma grande potência. Produto de uma história e de uma geografia extremamente diversificadas, as regiões que a compõem apresentam diferenças notáveis entre si. Ora, se bem que a diversidade interna da União tenha sido desde sempre considerada como uma das suas principais riquezas, a existência de disparidades de desenvolvimento gritantes entre as diversas regiões poderia comprometer a própria União. A coesão interna representa assim um dos principais objectivos da construção europeia.

A diversidade das regiões, uma riqueza preciosa para a Europa

As regiões da UE apresentam múltiplas facetas. Uma são ricas e outras pobres, umas grandes e outras pequenas, umas têm carácter industrial e outras rural. Não são comparáveis os problemas que se colocam às zonas montanhosas, às regiões costeiras ou às grandes planícies agrícolas, às regiões fortemente urbanizadas ou que enfrentam problemas de reconversão industrial. Estas diversidades conduzem a uma variedade de culturas e experiências.

Mas as diferenças não são apenas de natureza geográfica, sociológica ou económica: são também institucionais. As regiões estão inseridas em Estados de estruturas variadas: federais, descentralizados e unitários. Daí advêm diferenças de poderes e de competências, que se fazem sentir de uma região para outra e que lhes conferem um peso diferente na Europa. Com efeito, certas regiões têm competências plenas em domínios tão diferentes como o ensino, os transportes e a agricultura, enquanto outras são meras unidades administrativas, sem poderes próprios.

Mas, independentemente das grandes diferenças que as separam, a generalidade das regiões tem vindo a beneficiar com a construção europeia, em termos económicos, sociais e de desenvolvimento humano. Se bem que centrado principalmente na cooperação entre Estados, o processo de construção europeia deve também bastante às relações de toda a ordem que as colectividades de base local conseguiram estabelecer entre si para além fronteiras e que permitiram a multiplicação das trocas em todos os sectores. A supressão das fronteiras internas e a criação do mercado único proporcionaram-lhes oportunidades de





desenvolvimento que elas souberam aproveitar e que passaram, inclusivé, pela criação de numerosas associações transfronteiriças.

No seio das instituições europeias, o lugar privilegiado de expressão e de participação destas entidades regionais tem sido, até agora, sobretudo o Parlamento Europeu, já que é aí que mais se tem desenvolvido a ideia segundo a qual o sucesso da integração depende estreitamente do desenvolvimento equilibrado das regiões europeias.

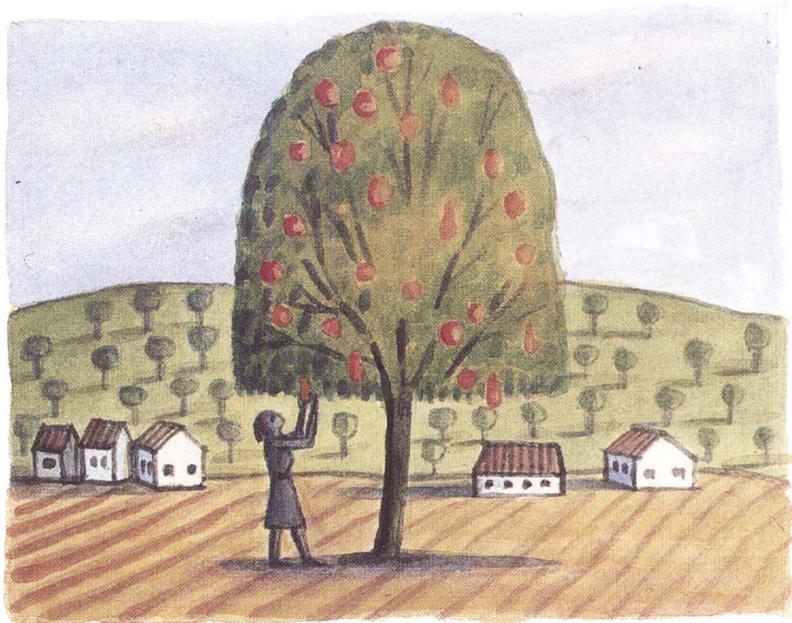
Numerosos parlamentares foram simultaneamente eleitos para um outro mandato, por um círculo regional de um Estado membro. Este facto facilita que os eleitores identifiquem o trabalho do deputado com uma acção pela sua região.

A participação significativa das regiões no debate que precedeu a entrada em vigor do Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht), contribuiu para que aí fossem consagrados alguns dos anseios por elas expressos.

Desde a entrada em vigor do Tratado, as regiões têm voto directo nos assuntos da UE, através do Comité das Regiões. Composto por 189 membros, este Comité é, de facto, o órgão representativo das colectividades territoriais dos 12 Estados membros. Tem um papel consultivo sobre as grandes orientações da UE e veícula os pontos de vista das regiões quanto aos grandes «dossiers» europeus.

«A participação das regiões na construção da Europa é um factor essencial para o seu sucesso. É a nossa forma de nos aproximarmos do objectivo da União Europeia que vai buscar a sua força às tradições económicas, sociais e culturais das regiões e a sua coesão ao respeito por estas tradições.»

Jacques Delors, Conferência perante o Parlamento e o Senado da Baviera, Munique, 01.02.91



Mas, para além da riqueza de que beneficia graças à diversidade das suas regiões e à participação cada vez mais importante que estas têm na construção europeia, um dos desafios que se colocam à União é o de reduzir as diferenças excessivas de níveis de desenvolvimento.

A coesão interna, um objectivo primordial da construção europeia

O Tratado da União Europeia, que entrou em vigor em 1 de Novembro de 1993, confirma a prioridade dada à política de coesão económica e social. Esta deve contribuir para atenuar as disparidades de desenvolvimento e permitir que as regiões beneficiem da melhor maneira possível do mercado único e, futuramente, da moeda única. O imperativo de solidariedade traduz-se pela aplicação de políticas regionais ambiciosas, cujo objectivo é ajudar as regiões menos prósperas a recuperar do seu atraso, a reconverter-se ou a preservar o seu modo de vida.

Se compararmos o nível de vida dos habitantes das regiões da Europa, o das mais ricas da União — Hamburgo e Ile-de-France — é quatro vezes superior ao das mais pobres, situadas principalmente em quatro países: Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal. É evidente que a persistência de tais disparidades pode comprometer grandemente o futuro da União. Não se trata apenas de um problema de solidariedade, mas também de uma necessidade económica para o conjunto da Europa, já que o aumento do nível de vida nas regiões menos desenvolvidas também contribuirá para aumentar a procura dos produtos das regiões mais desenvolvidas. A política regional é orientada segundo três eixos, que correspondem a três tipos bem determinados de problemas regionais:

* O desenvolvimento das regiões da periferia sul e oeste da Comunidade (dois terços de Espanha, a Grécia, o sul de Itália, a Irlanda, a Irlanda do Norte e Portugal, bem como algumas regiões de França), às quais se vieram acrescentar os novos «Länder» alemães.

* A reestruturação das regiões submetidas a um fenómeno de declínio industrial (mais de 16% da população comunitária).

* A preservação de zonas rurais atrasadas ou despovoadas (5% da população comunitária).

As ajudas prestadas a título de desenvolvimento regional assentam em três princípios que são garantes da boa utilização dos fundos:

* A subsidiaridade implica que as responsabilidades devem ser exercidas o mais próximo possível das realidades locais. Em consequência, são os Estados e as regiões que definem as necessidades de desenvolvimento, a partir das quais serão elaborados os programas financiados pela Comunidade.

* A parceria implica a participação de todos os agentes — nacionais, regionais e locais — na preparação, execução e acompanhamento dos programas.

* A adicionalidade implica que a ajuda da Comunidade seja complementar relativamente aos esforços financeiros das colectividades sem a eles se substituir.

A Comunidade intervém por meio de dois instrumentos principais: o Fundo de Coesão e os fundos estruturais.

O Fundo de Coesão é destinado especificamente às infraestruturas de transporte e à protecção do ambiente e beneficiará os quatro países menos desenvolvidos da União. No período 1993-1999, o orçamento do Fundo de Coesão é de 15,1 mil milhões de ecu (mais de 2,8 mil milhões de contos, a preços de 1993).

A contribuição mais importante da União para a redução das disparidades regionais é dada pelos chamados fundos estruturais. Representam mais de 25% do Orçamento e compreendem três sectores distintos: o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA).





Cerca de dois terços dos fundos estruturais são consagrados às regiões prioritárias que existem em todos os Estados membros, à excepção da Dinamarca e do Luxemburgo. Para o período 1993-1999, o montante orçamental dos fundos estruturais será de 141 mil milhões de ecu (cerca de 26,6 mil milhões de contos, a preços de 1993), afectados a acções tão diversas como a formação profissional, a protecção do ambiente, a diversificação das actividades em meio rural, o melhoramento do nível dos equipamentos em infraestruturas ou a modernização das empresas e o desenvolvimento de novas actividades criadoras de emprego.

O esforço de solidariedade da União para com as regiões mais desfavorecidas é portanto considerável. Embora representando, em 1993, apenas 0,3% do Produto Nacional Bruto do conjunto dos Estados membros, os fundos estruturais, assim como os outros meios de intervenção, constituem 3 ou mesmo 4% do PNB de certos países, dando uma contribuição apreciável para o seu desenvolvimento económico e para a melhoria do nível de vida dos seus cidadãos.

Políticas regionais ao serviço dos cidadãos

Se a realidade regional é uma dimensão reconhecida da construção europeia e se o esforço dispendido pela União em matéria de desenvolvimento regional é tão importante, isso deve-se em primeiro lugar ao facto de a acção comunitária se querer ao serviço dos cidadãos. Assim, foram criados numerosos programas comunitários que abrangem os aspectos mais diversos da vida quotidiana dos cidadãos. Os futuros protagonistas da vida das regiões devem conhecer-se e compreender-se melhor. É este o objectivo do programa ERASMUS, que oferece a estudantes de origens diferentes a possibilidade de prosseguirem os seus estudos em universidades de outros Estados membros. O programa LINGUA, por seu lado, pretende fomentar um melhor conhecimento dos idiomas da União. Mas a confrontação de ideias e de «know-how» exprime-se igualmente de maneira mais ampla no âmbito dos programas-quadro de investigação e desenvolvimento, que, como o SPRINT, permitem uma estreita cooperação entre laboratórios, universidades e empresas, particularmente as pequenas e médias empresas (PME), em projectos de tecnologia avançada.

«Para se tornar eficaz, viva e mais democrática, esta Europa deverá não só unir os povos e associar os Estados-nações, mas também fazer com que as regiões participem mais activamente na vida comunitária.»

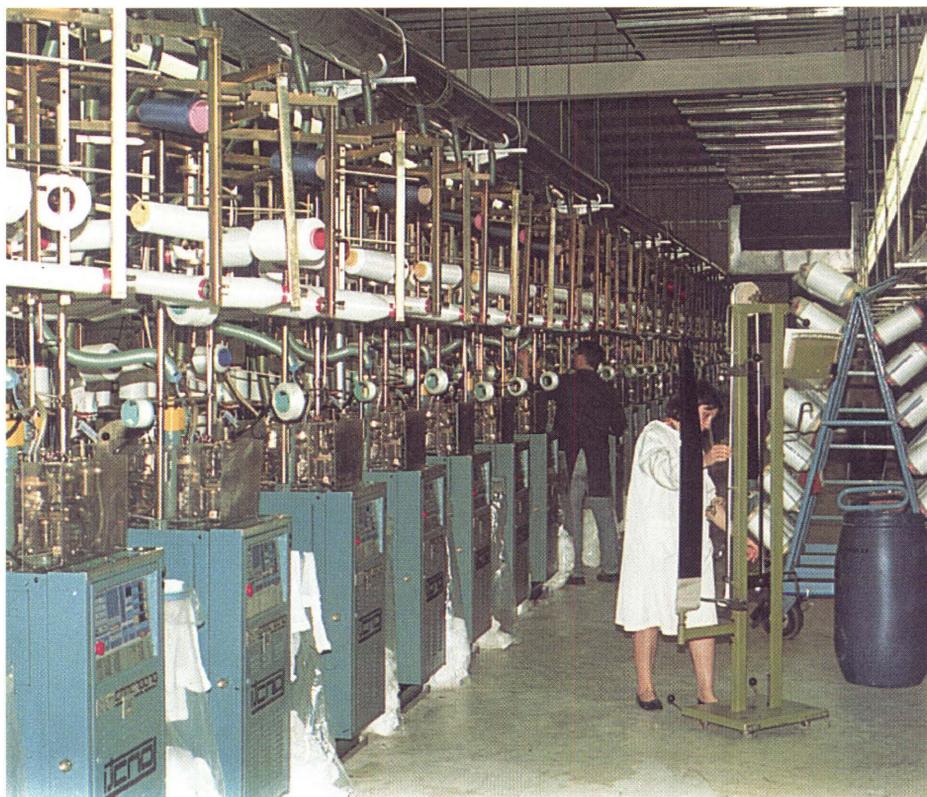
Jacques Delors, intervenção na 73ª Feira Internacional de Lyon, 06.04.91

É igualmente importante responder aos legítimos anseios dos cidadãos de viver e trabalhar nas suas regiões de origem. Neste sentido, a criação de redes transeuropeias, quer físicas como as de infraestruturas de transporte, quer imateriais como as de transmissão de informação, facilitará a prazo a integração das zonas mais isoladas ou ultra-periféricas e deverá diminuir o fenómeno de êxodo que nelas se faz sentir. É igualmente nesta óptica que o programa LEADER dá prioridade à fixação dos agricultores em zonas rurais menos produtivas, tendo em conta o seu importante papel de protectores do ambiente.

A acção em favor da criação de polos de reconversão nas regiões submetidas ao declínio das indústrias militares (programa KONVER), por via da formação e da

implantação de actividades de substituição destas indústrias — turismo, por exemplo — decorre igualmente desta vontade de apoiar a fixação dos cidadãos nas suas regiões de origem.

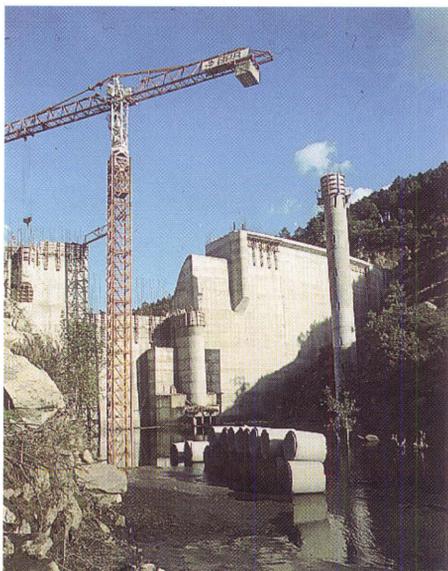
A ajuda comunitária tem igualmente por objectivo promover o acesso ao trabalho de novas categorias de agentes económicos. É este o caso, em particular, do programa NOW, que pretende promover um acesso mais alargado das mulheres ao mundo do trabalho, nas regiões menos ricas da União. Será a participação nestas acções que permitirá que os cidadãos de todas as regiões da Europa, com as suas especificidades e as suas culturas próprias, se conheçam e compreendam melhor e façam avançar a ideia de uma Europa unida e fortalecida pela sua diversidade.



PORTUGAL CONTINENTAL NA UNIÃO UROPEIA

Dividido em cinco regiões-plano e duas Regiões Autónomas (Açores e Madeira*), o território de Portugal tem uma superfície equivalente à da Bélgica, Holanda e Luxemburgo juntos e uma população aproximadamente igual à da Bélgica ou da Grécia.

A Região Norte é a grande região industrial do país. A sua prosperidade relativa, em termos de PNB por habitante, coloca o Norte um pouco acima da média nacional e fá-lo atingir 54% da média comunitária. Nesta região, a mais densamente povoada de Portugal, vive cerca de um terço da população total do país, ou seja, 3,6 milhões de habitantes, que constituem simultaneamente uma das populações mais jovens da Europa: cerca de 40% têm menos de 25 anos e mais de 60% menos de 40. Com a sua densidade populacional relativamente elevada, o Norte é semelhante à Renânia-Palatinado, na Alemanha, ou à Toscana, em Itália.



Na Região Centro, a indústria transformadora está voltada essencialmente para os recursos agrícolas e florestais e localiza-se sobretudo na zona costeira. No Centro, o emprego na agricultura e na silvicultura são, respectivamente, mais de quatro vezes e uma vez e meia superiores às médias comunitárias. Com 1,8 milhões de habitantes, a sua densidade populacional de menos de 100 habitantes por quilómetro quadrado pode ser comparada à da Picardia, em França, e da Macedónia Central, na Grécia.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo, onde vivem 3,3 dos cerca de 10 milhões de habitantes de Portugal, é comparável em superfície à Île-de-France e em densidade populacional à região de Lácio, em Itália, e ao «Land» alemão de Hessen. Lisboa é o maior centro urbano e industrial do país e o rendimento familiar médio mensal é substancialmente mais elevado do que a média nacional, atingindo os 82% do nível médio global da União Europeia. Com uma superfície relativamente grande, equivalente à da região do Languedoque-Rossilhão ou da Bretanha, em França, ou do Sudeste britânico, a **Região do Alentejo**, no Sul de Portugal, é fracamente povoada. Possui importantes jazidas minerais e é ela a responsável por quase toda a produção de trigo do país.

Mais a Sul ainda e com um clima mediterrânico, o **Algarve** registou, nos últimos vinte anos, um aumento populacional de 30%. Em termos de superfície e população, é idêntico à região espanhola da Rioja. A composição da sua força de trabalho (65% no sector de serviços e 10% na agricultura) reflecte o desenvolvimento do turismo e é comparável à das Ilhas Canárias (Espanha) e do Languedoque-Rossilhão (França).

* Sobre as duas Regiões Autónomas, consultar as respectivas brochuras.

QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO

Em vigor de 1989 a 1993, o primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA)* teve dois objectivos principais: a aproximação da economia portuguesa ao nível médio de desenvolvimento da UE e a correcção dos desequilíbrios internos que a afectam. Dos cinco anos de duração do primeiro QCA, dois foram fundamentalmente marcados pelas etapas de negociação, organização interna e lançamento das primeiras acções e os três restantes pela execução dessas acções no terreno. Tendo retomado os objectivos definidos pelo Governo português para o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) que abrangia o mesmo período, o QCA prosseguiu também os eixos estratégicos nele previstos:

* Criação de infraestruturas económicas, incluindo comunicações e telecomunicações, energia, ciência e tecnologia — Eixo 1

* Apoio ao investimento produtivo e infraestruturas que lhe estão directamente ligadas — Eixo 2

* Desenvolvimento dos recursos humanos, incluindo a educação, a formação profissional e a promoção do emprego — Eixo 3

* Desenvolvimento agrícola e rural — Eixo 4

* Reconversão e reestruturação industrial, incluindo os programas específicos para a Península de Setúbal e o Vale do Ave — Eixo 5

* Desenvolvimento das potencialidades das Regiões e desenvolvimento local, incluindo os programas realizados por iniciativa autárquica e das Regiões Autónomas — Eixo 6.

Fundos estruturais

No total, durante os cinco anos em que vigorou, o QCA incluiu cerca de 70 intervenções operacionais e mobilizou 1.560 milhões de contos** de recursos da UE, provenientes dos três Fundos estruturais (FEDER, FSE e FEOGA-Secção Orientação) e do PEDIP (Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa). Estes recursos, entre os quais se destaca o FEDER (que contribuiu com 54% do total), viabilizaram um investimento global na economia de 3.340 milhões de contos, investimento que incluiu uma despesa pública de mais de 2.680 milhões de contos, na qual a taxa média de co-financiamento da UE relativamente à despesa pública nacional foi de 59%.





Entre os projectos levados a cabo figura, por exemplo, na Costa do Estoril (Região de Lisboa e Vale do Tejo), um grande programa de reabilitação, que incluiu a construção de uma estação de tratamento de águas residuais para melhorar a qualidade da água e tornar as praias da zona novamente adequadas à utilização turística e pela população local. Foram ainda construídos cerca de 25 quilómetros de esgotos, que beneficiaram em particular a população, mas que também melhoraram a infraestrutura turística.

Na Região do Alentejo, predominantemente agrícola, a UE apoiou, entre outros e com o objectivo de diversificar essa base económica, um projecto industrial, destinado a melhorar a extracção e o tratamento de rochas ornamentais como o mármore e o granito e a ajudar a promoção destes produtos de exportação. Este tipo de iniciativas deverá contribuir para reduzir o êxodo dos jovens.

No Sotavento Algarvio, também a título de exemplo, a construção da barragem de Odeleite e de uma rede de distribuição de água deverá pôr termo aos períodos de seca, que, no Verão, afectam a região.

Banco Europeu de Investimento

Durante o período de vigência do QCA, o Banco Europeu de Investimento (BEI), a principal instituição financeira da União, concedeu a Portugal empréstimos no valor global de cerca de 820 milhões de contos. Mais de 54% por cento das verbas correspondentes a empréstimos destinavam-se a aplicação directa nas intervenções realizadas no âmbito do QCA.

Entre os projectos financiados pelo BEI figuram a a extensão e modernização da rede de estradas da zona de Lisboa, a expansão e modernização do metropolitano da mesma cidade, a construção de uma fábrica de polietileno de alta densidade no Alentejo, o reforço do nó ferroviário do Porto e o estabelecimento de unidades industriais de produtos de madeira e de vidro na Região Centro.

Principais investimentos

De entre os programas e intervenções realizados destacam-se, na área dos transportes, a renovação de cerca de 640 quilómetros de via férrea e a construção e remodelação de perto de 5.500 quilómetros de estradas e auto-estradas. A primeira destas intervenções permitiu, nomeadamente, uma redução substancial do tempo de transporte de mercadorias. A segunda contribuiu significativamente para o avanço do Plano Rodoviário Nacional, sendo de realçar a conclusão da ligação Setúbal-Braga por auto-estrada e do IP 5 (Itinerário Principal 5, Aveiro-Vilar Formoso).

No domínio das telecomunicações, verificou-se um importante esforço de modernização, que, com a introdução de novos serviços — como o videotex, o telepac, a videoconferência e o telefone móvel —, aproximou o país das médias da UE. No que se refere ao número de telefones por cada 100 habitantes, a aproximação às médias da UE foi menos notória, apesar de, no âmbito do QCA, terem sido instalados 180 mil novos postos telefónicos nas zonas mais desfavorecidas do interior.

A energia foi outra das áreas beneficiadas pelo primeiro QCA, com o lançamento no país do gás natural e o apoio a cerca de 150 projectos de produção de energias renováveis.

Foi ainda no âmbito do QCA que se realizaram intervenções em 546 escolas dos níveis pré-primário, primário, secundário, profissional e técnico-profissional e que se deu apoio a sete escolas tecnológicas e a 116 estabelecimentos de ensino superior e politécnico. As intervenções registadas nestes dois últimos graus de ensino permitiram a criação de cerca de 50 mil novos lugares.

A actividade desenvolvida na área da formação profissional abrangeu mais de 1.200 mil formandos, entre jovens e activos

empregados. A parte mais significativa das acções desenvolvidas nos centros de formação profissional e escolas técnico-profissionais incidiu na formação inicial de jovens. Os activos empregados beneficiaram de acções de formação contínua e de aperfeiçoamento, além das orientadas para as novas tecnologias.

Na área da investigação e desenvolvimento, foram criados dois parques de ciências e tecnologia, quatro polos tecnológicos, 49 estruturas de ligação Universidade-Indústria e 35 polos regionais de investigação. Na mesma área é ainda de salientar a concessão de 2.900 novas bolsas para mestrados e doutoramentos.

O saneamento básico também foi contemplado pelo primeiro QCA, que incluiu a construção ou recuperação de 4.100 quilómetros de redes de condutas e de 1.600 quilómetros de redes de esgotos, a aquisição de 700 equipamentos para abastecimento de água e a construção de 120 Estações de Tratamento de Águas Residuais.

Os sectores da indústria, turismo e comércio obtiveram 374 milhões de contos de incentivo a cerca de 8.100 projectos de investimento (dos quais 1.170 diziam respeito à criação de novas empresas). Estes projectos representaram um investimento de 1.555 milhões de contos e resultaram na criação de perto de 80 mil novos postos de trabalho.

No domínio da agricultura, foram aprovados cerca de 59 mil projectos, que corresponderam a um investimento de mais de 360 milhões de contos, e concedidas a 230 mil agricultores indemnizações compensatórias no valor aproximado de 35 milhões de contos.

Repartição regional

Excluindo da análise o grande projecto Ford/Volkswagen, a distribuição regional do investimento co-financiado pela UE aproxima-se bastante da repartição inicial prevista nos planos de financiamento por região inseridos no primeiro QCA.

Não previsto inicialmente no QCA, o projecto Ford/Vw provoca, dada a sua dimensão, fortes distorções nos valores atribuídos

à Região de Lisboa e Vale do Tejo, a mais beneficiada em termos de montantes globais de investimento e de apoios: 36% do investimento regionalizado e 34% dos apoios.

A Região Norte absorveu 28% do investimento e 26% dos apoios, seguindo-se-lhe a Região Centro, com 19% de investimentos e 18% de apoios. Às regiões do Alentejo e do Algarve foram atribuídos, respectivamente, 7% e 3% dos investimentos e 8% e 4% dos apoios.



Os montantes não regionalizados atingem 13% dos investimentos e 18% dos apoios. Em termos de capitações do investimento, comparadas com a média nacional, o Alentejo situa-se acima da média, no quadro da distribuição regional, com 352 contos por habitante. As restantes regiões apresentam valores inferiores à média. Por ordem decrescente, surgem as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Centro, Algarve e Norte.

No que se refere às capitações dos apoios, o primeiro lugar continua a pertencer ao Alentejo, seguindo-se, por ordem decrescente, o Algarve, Lisboa e Vale do Tejo, Centro e Norte.

Impacto macroeconómico

Durante o período de vigência do primeiro QCA, as transferências de fundos estruturais para Portugal representaram, em média anual, 3% do Produto Interno Bruto (PIB), que, também em média anual, registou um crescimento adicional de 0,7 pontos percentuais gerado pelos efeitos directos do QCA sobre a procura.

O volume dessas transferências viabilizou acções cujo valor ultrapassou 6% do PIB, dos quais cerca de dois terços se destinaram a despesas de investimento, em particular nas áreas de construção (62%) e equipamento (34%).

Estimativas divulgadas em meados de 1993 indicavam que, até ao final do seu período de aplicação, o primeiro QCA iria induzir um aumento médio adicional acumulado de 4,2%, nas importações, e a criação de 80 mil postos de trabalho, ou seja, cerca de um quarto do emprego criado de 1989 a 1993.

Entre 1989 e 1992, o primeiro QCA contribuiu para um ganho da ordem de 3 pontos percentuais em termos de convergência real da economia portuguesa com a média

comunitária, mas os efeitos totais da sua execução deverão fazer-se sentir ao longo das próximas décadas.

* O segundo QCA, que irá vigorar entre 1994 e 1999, já foi aprovado pela Comissão Europeia. À semelhança do que aconteceu relativamente ao QCA que vigorou de 1989 a 1993, Portugal foi o primeiro país da União a apresentar e a ver aprovado pela Comissão o seu QCA.

** Dadas as variações das médias anuais das taxas de conversão do ecu, alguns dos valores mencionados, contabilizados a preços constantes de 1992, divergem substancialmente dos que figuram na Decisão da Comissão, aprovada a preços constantes de 1989.

EXEMPLOS DE INTERVENÇÕES

Desde que se tornou membro da UE, em 1986, Portugal tem beneficiado de grandes apoios financeiros da União. Além dos programas gerais de assistência às regiões comunitárias mais pobres e de vários outros programas sectoriais lançados pela União, foi destinatário de um Fundo Especial Europeu para a Indústria Portuguesa, o PEDIP, tendo igualmente beneficiado de um Programa Específico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP).



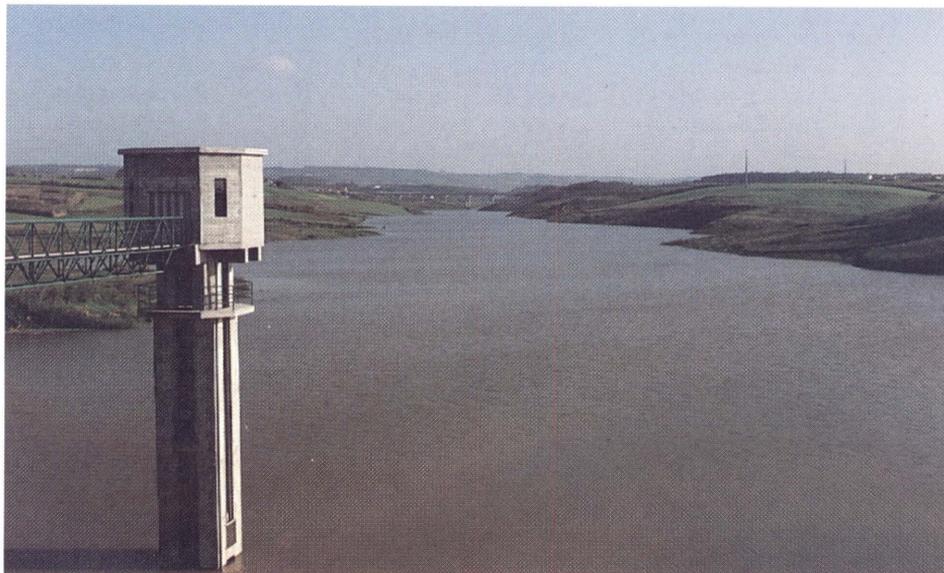
Fundo de Coesão

Até finais de 1993, o Fundo de Coesão tinha aprovado 34 dos 56 projectos apresentados por Portugal ao longo do ano. A verba total concedida foi de aproximadamente 51 milhões de contos*, destinados a co-financiar um investimento global de perto de 70 milhões de contos.

Os últimos projectos aprovados — quatro ambientais e dois de criação de infraestruturas de transporte — obtiveram um co-financiamento pelo Fundo de perto de 14 milhões de contos.

Os quatro projectos ambientais incluem o saneamento do rio Ave, através do tratamento adequado de águas residuais e resíduos sólidos urbanos; a construção do segmento Funcho-Franqueira da conduta de abastecimento de água de Odelouca-Funcho; o aumento da capacidade de tratamento e produção de água pela ETA da Asseiceira e o abastecimento de água a Vila Nova da Barquinha e Constância. Os dois projectos do sector dos transportes abrangem as vias rápidas Alcanena-Atalaia, incluída no plano da rede rodoviária transeuropeia, e Figueira da Foz-Santa Eulália, integrada no alargamento da mesma rede.

Os projectos aprovados anteriormente incluem, nomeadamente, o alargamento dos subtroços Alverca-Vila Franca de Xira e Vila Franca de Xira-Carregado, da autoestrada do Norte; a modernização da linha férrea do Norte; e a despoluição da bacia do rio Alviela.



Intervenção na agricultura

De 1989 a 1993, Portugal obteve, para a intervenção na área da Agricultura, cerca de 119 milhões de contos, que incluem um contributo financeiro de perto de 83 milhões de contos do FEOGA-Secção Orientação (FEOGA-O). Estas verbas destinaram-se à execução do PEDAP e de 23 outros programas.

Entre as intervenções que contaram com o apoio da UE, destaca-se um grande programa de florestação, o mais importante deste tipo patrocinado pela Comunidade.

Outros programas aprovados englobaram infraestruturas de electrificação e de irrigação, a construção de estradas rurais, a constituição de grupos de protecção sanitária e a criação de sistemas de formação e investigação agrícolas.

No período 1991-93, as autarquias receberam também do FEOGA-O mais de 4 milhões de contos, destinados a apoiar a criação de grupos locais cuja acção deverá incentivar o desenvolvimento rural.

No âmbito dos programas que pretendem melhorar as condições de transformação e comercialização de produtos agrícolas, destacamos a construção de uma adega cooperativa em Vila Nova de Ourém, que obteve um financiamento de perto de 102 mil contos. Dotada de equipamento de tecnologia avançada, esta adega tem em vista a melhoria da qualidade do vinho da zona.

Entre 1991 e 1993, cerca de 3.150 agricultores beneficiaram anualmente de ajuda da UE para a modernização das suas explorações e 1.150 jovens agricultores receberam assistência financeira de apoio à criação das suas unidades agrícolas. Com o objectivo de apoiar a sua fixação nas respectivas zonas de origem, receberam ajudas directas 106.000 agricultores de zonas montanhosas e/ou de zonas agrícolas com condições naturais difíceis.

Promover a indústria

O PEDIP contribuiu com um total de perto de 200 milhões de contos para a modernização do tecido económico e industrial do

país, nomeadamente através da formação profissional, da prestação de serviços de apoio no domínio da criação de infraestruturas tecnológicas, do apoio às PME, etc. As verbas dispendidas corresponderam, entre 1989 e 1993, a um total de 9.568 intervenções, de que beneficiaram cerca de 3.700 empresas. Estas intervenções contaram com uma comparticipação financeira suplementar portuguesa, prestada pelo Governo, pelos municípios ou pela indústria.

A maior parte dos financiamentos concentrou-se nos sectores têxtil ou metalúrgico. Também foi concedido um apoio significativo ao investimento das empresas nos domínios da qualidade, inovação, «design», defesa do ambiente e condições de segurança no trabalho.

As intervenções realizadas ao nível do sistema produtivo permitiram ainda a dinamização de novos investimentos em sectores que apresentam um elevado potencial tecnológico.

Indústria do carvão e do aço

Portugal recebeu uma significativa ajuda da UE para a reconversão da sua indústria do aço. De 1989 a 1992, o conjunto das regiões portuguesas recebeu do Fundo da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço 2.187 mil contos de ajudas.

Deste montante global, cerca de 1.950 mil contos foram aplicados em seis intervenções separadas para 7.615 beneficiários das áreas de Setúbal e do Porto.

Investigação e desenvolvimento

Várias empresas portuguesas de diferentes sectores industriais e com carências em alta-tecnologia estabeleceram acordos de cooperação técnica e de assistência e/ou formação com parceiros de outros países, através do programa SPRINT.

Várias entidades beneficiaram de diversos outros programas de investigação ou tecnológicos, como o DEDICATED e o SMILE —



que têm por objectivo prioritário a formação de pessoal das PME — e o sistema europeu de registo de saúde.

De 1988 a 1993, o ESPRIT, o programa estratégico europeu de Investigação e Desenvolvimento (I&D) na área das tecnologias da informação, atribuiu mais de 8 milhões de contos a 158 projectos em que estiveram envolvidas 85 organizações. Por outro lado, de 1987 a 1992, as regiões de Portugal Continental participaram activamente em 471 contratos de cooperação em I&D, realizados no âmbito dos programas-quadro da UE. Nestes contratos, que contaram com uma comparticipação comunitária global de perto de 9 milhões de contos, estiveram envolvidos diversos parceiros de outros países da UE.

A zona de Lisboa foi a que maior participação teve em contratos I&D: grandes empresas, universidades, organismos de investigação e algumas PME participaram, com 1.309 parceiros europeus, a maioria dos quais britânicos e franceses, num total de 293 contratos, que contaram com uma comparticipação global da UE de cerca de 6 milhões de contos.

Seguem-se-lhe as zonas do Porto e de Setúbal, que se associaram, respectivamente, a 53 e 44 projectos de investigação. Os primeiros obtiveram cerca de 870 mil contos de comparticipação da UE e neles estiveram envolvidos 205 parceiros europeus. Os segundos incluíram 110 parceiros e contaram com uma comparticipação da UE de cerca de 932 mil contos.

Transportes

Através do programa PACT, Portugal recebeu, entre 1992 e 1993, cerca de 126 mil contos, para o estudo e aplicação do sistema de informatização dos terminais TIR de Beírolas e Leixões, aquisição de equipamentos destinados a alargar a capacidade de transporte combinado, melhorando a

qualidade do serviço e criando emprego. Portugal foi também beneficiário do programa de investigação geral EURET, cujo objectivo consiste em atenuar o problema da congestão do espaço aéreo europeu.

Educação e formação profissional

Entre 1990 e 1992, o programa de «Acção Jean Monnet» concedeu a 14 universidades de Portugal Continental subsídios no valor de cerca de 82 mil contos, destinados à promoção do ensino sobre a integração europeia. As 28 intervenções realizadas neste período incluíram a criação de 12 cursos permanentes (sobretudo nas áreas do Direito e da Economia), a inclusão de cadeiras e módulos de estudos europeus em cursos existentes, acções de apoio à investigação e a realização de um ciclo de conferências.

Em 1992 e 1993, Portugal recebeu perto de 376 mil contos do programa COMETT — criado para incentivar a cooperação entre as universidades e as indústrias no domínio tecnológico -, cerca de 233 mil contos do programa FORCE — cujo objectivo é a formação profissional contínua —, aproximadamente 124 mil contos do programa PETRA — no âmbito do qual são levados a cabo, de parceria com diversos Estados membros da UE, projectos de formação —, cerca de 58 mil contos do programa de intercâmbio juvenil «Juventude para a Europa». A maior concentração de projectos, organizações e alunos registou-se nas regiões de Lisboa e do Norte.

O programa LINGUA — criado para melhorar os conhecimentos de idiomas estrangeiros, em particular nos Estados cujas línguas nacionais são menos difundidas no espaço europeu — patrocinou actividades de formação linguística de professores e actividades de apoio às PME. Várias regiões portuguesas dele beneficiaram, incluindo o Norte, com oito projectos com um orçamento global de cerca de 7 mil



contos, o Centro, com dois projectos e um orçamento de perto de 9 mil contos, Lisboa e Vale do Tejo, com 32 projectos com um orçamento global de aproximadamente 30 mil contos, e o Alentejo, que participou em três projectos.

Ambiente

De 1989 a 1993, foram atribuídos a Portugal perto de 2 milhões de contos, para 31 diferentes intervenções, com o objectivo de melhorar a qualidade do ambiente. Alguns dos programas específicos incluíram grandes projectos destinados a evitar a descarga de óleos usados em regiões agrícolas e a promover a sua reciclagem, a recuperação de duas bacias de «landfill» em Sines (para armazenamento e tratamento de resíduos perigosos das indústrias da península de Setúbal) e a protecção de biotipos na Serra da Malcata, no centro do país. Portugal Continental beneficiou ainda de um projecto de protecção do Rio Tejo, na

zona em que este estabelece a fronteira com a Espanha. Este projecto, que abrange uma parte da Estremadura espanhola e a Beira Baixa, tem igualmente por objectivo proteger a fauna e a flora locais.

Energias alternativas

Em 1993, Portugal recebeu cerca de 79 mil contos do programa ALTENER — que se destina ao desenvolvimento de energias alternativas — para financiar vários projectos específicos, como o tratamento de efluentes de uma fábrica de lacticínios para a produção de biogás, a recuperação de gases residuais das valas sanitárias de Beírolas, um tanque de fusão de baixa emissão e baixo custo para cristais de chumbo superiores e a aplicação do modelo geotérmico aos reservatórios de petróleo de Lisboa. Receberam igualmente fundos do ALTENER algumas localidades da Região Centro e, na Região Norte, o Porto e o Minho.

Turismo

Em 1992 e 1993, a UE atribuiu a Portugal e à região espanhola da Estremadura um montante de cerca de 9 mil contos, destinados ao desenvolvimento do turismo em estreita relação com a política regional. Para o período de 1993/94, a UE apoiou igualmente alguns projectos da área do Turismo.

Num desses projectos foram atribuídos a Portugal e à região espanhola de Castela e Leão cerca de 43 mil contos, para alargamento da cooperação entre os agentes públicos e privados, a fim de facilitar o desenvolvimento da indústria do turismo e das PME locais. Pretendia-se também, com esta intervenção, criar um fórum permanente de cooperação entre a Espanha e Portugal para troca de informações turísticas.

Exploração mineira

Em 1989 e 1991, a UE concedeu a Portugal mais de 17 mil contos, destinados a financiar a exploração das únicas minas de tungsténio e de estanho existentes na União.

Pescas

Entre 1989 e 1993, a UE concedeu a Portugal um montante de cerca de 300 mil contos, para a constituição de uma sociedade mista entre a empresa portuguesa Iberpesca e a empresa angolana Empromar Ngunza. Esta intervenção verificou-se no âmbito do apoio à cooperação com Estados terceiros com os quais a UE mantém relações de pesca.



L. KOEHLIN



Cultura

No quadro do programa Caleidoscópio — que tem por objectivo difundir a cultura e a História dos povos europeus —, a UE apoiou, em 1993, a realização de cinco iniciativas culturais propostas por organizações portuguesas e um projecto de apoio à difusão de obras dramáticas.

Também em 1993, e no âmbito de um projecto piloto, a UE deu apoio financeiro à tradução de quatro obras literárias portuguesas para outras línguas europeias.

* As verbas indicadas foram calculadas com base nas taxas médias anuais de conversão do ecu para os anos a que diz respeito a atribuição dos diversos contributos financeiros da UE. Na maior parte dos casos, esses contributos abrangeram períodos de vários anos, pelo que os cálculos foram feitos com base na média das taxas médias anuais.

** Ver lista dos Eurogabinetes existentes em Portugal, incluída na pág... desta brochura.

MORADAS ÚTEIS

Lista dos Eurogabinetes e dos CDEs, incluindo Forum Picoas e info point da Bertrand e dos dois centros da Caixa

EUROGABINETES

Associação Industrial Portuguesa

Exponor, Leça da Palmeira – 4450 MATOSINHOS
Tel. (02) 996 15 80/1/2/3/4/5/6 · Fax: (02) 995 60 39
Resp. Dr. Pedro Capucho

Associação Industrial do Distrito de Aveiro

Av. Dr. Lourenço Peixinho, 146, 5.ª A - Apartado 584 – 3808 AVEIRO CODEX
Fax: (034) 240 93 · Resp. Eng.º Matos Rodrigues

Comissão Coordenação da Região Centro

Rua Bernardino Ribeiro, 80 – 3800 COIMBRA
Tel. (039) 71 14 36 · Fax: (039) 72 37 57

Banco de Fomento e Exterior

Av.º Casal Ribeiro, 59, 15.º – 1000 LISBOA
Tel. (01) 356 10 71 · Fax: (01) 54 85 71
Resp. Dr. Vasco Corregedor da Fonseca

Caixa Geral de Depósitos

Av. João XXI, 63, 5.º - Apartado 1795 – 1017 LISBOA CODEX
Tel. (01) 790 50 08 / 790 53 89 · Fax: (01) 790 50 97
Resp. Dr.ª Maria José Constâncio

Associação Industrial Portuguesa

Praça das Indústrias
1399 LISBOA CODEX
Tel. (01) 363 94 58 · Fax: (01) 364 67 86
Resp. Dr. Pedro Vila Franca

IAPMEI

Rua do Valasco, 19-C – 7000 Évora
Tel. (066) 211875/6 · Fax: (066) 29 781
Resp. Dr. António Cébola

Comissão de Coordenação da Região do Algarve

Praça da Liberdade, 2 – 8000 FARO
Tel. (089) 80 27 09 · Fax: (089) 80 66 87

Associação Comercial e Industrial do Funchal

Av. Arriaga, 41 – 9000 FUNCHAL
Tel. (091) 23 01 37/8 - 23 01 87 · Fax: (091) 22 20 05
Resp. Dr. Rui Jervis

Norma / Açores

Rua António Joaquim Nunes da Silva, 55 – 9500 PONTA DELGADA
Tel. (096) 62 93 02 / 62 68 08 · Fax: (096) 24 286
Resp. Prof. Monteiro da Silva

CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA

Universidade do Minho

Escola Superior de Economia e Gestão, Sala 225 – Gualtar – 4700 BRAGA
Tel. (053) 67 63 94 · Fax: (053) 67 63 75
Prof. Responsável Rui Rodrigues
Bibliotecário Responsável: Dra. Irene Rodrigues

Universidade do Porto

Av. da Boavista, 1311-6.º – 4100 PORTO
Tel. (02) 69 70 86 · Fax: (02) 606 43 03
Prof. Responsável: José Ângelo Barbosa
Bibliotecário Responsável: Dra. Pilar Saavedra

Universidade de Coimbra

Rua de Aveiro, 11, 11.º – 3000 COIMBRA
Tel. (039) 2 59 54 · Fax: (039) 3 39 29
Prof. Responsável: António Ferres Correia
Bibliotecário Responsável: Dra. Saudade Miranda

Universidade Católica Portuguesa

Edifício João Paulo, II – Calçada da Palma de Cima – 1600 LISBOA
Tel. (01) 726 81 90 · Fax: (01) 727 14 16 / 727 02 56
Prof. Responsável: Ernâni Rodrigues Lopes
Bibliotecário Responsável: Dra. Ivone Moreira

Universidade Técnica de Lisboa

Rua Miguel Lupi, 20 – 1200 LISBOA
Tel. (01) 397 82 07 · Fax (01) 395 57 48
Prof. Responsável: Caetano Cruz Vidal
Bibliotecário Responsável: Dra. Helena Sinuca de Quadros

Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Economia
Trav. Estêvão Pinto (Campolide) – 1000 LISBOA
Tel. (01) 69 36 24 · Fax: (01) 387 11 05
Bibliotecário Responsável: Dra. Lútegarda Nunes

Faculdade de Direito de Lisboa

Alameda das Universidades
Cidade Universitária – 1600 LISBOA
Tel. (01) 793 15 66 · Fax: (01) 795 03 03
Prof. Responsável: Paulo Pitta e Cunha
Bibliotecário Responsável: Dra. Maria da Luz Antunes

INA - Instituto Nacional de Administração

Palácio dos Marqueses de Pombal – 2780 OEIRAS
Tel. (01) 441 32 31 · Fax: (01) 443 27 50
Prof. Responsável: Fraústo da Silva
Bibliotecário Responsável: Dra. Vera Batalha

Universidade dos Açores

Rua Mãe de Deus – 9502 PONTA DELGADA CODEX
Tel. (096) 65 31 55 / 65 20 89 – Ext. 219
Fax: (096) 65 30 70
Bibliotecário Responsável: Dra. Maria da Graça Chorão de Almeida Lima Correia

Universidade de Évora

Largo dos Colegiais, 2 – 7000 Évora
Tel. (066) 2 84 30 · Fax: (066) 2 07 75
Prof. Responsável: António Covas
Bibliotecário Responsável: Dr José Manuel Caetano

Universidade Lusitana

Rua da Junqueira, 194 – 1300 LISBOA
Tel. (01) 363 99 44 / 363 80 48 / 863 82 32
Fax: (01) 363 83 07
Prof. Responsável: Fernando Reboredo Seara
Bibliotecários Responsáveis: Dra. Madalena Fernandes
Dr. Helder Machado

Colégio Universitário Pio XII

Av. Forças Armadas – 1699 LISBOA CODEX
Tel. (01) 76 71 46 / 76 71 47/8/9
Resp. Padre Joaquim António de Aguiar

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Rua São Jorge de Deus, n.º 25-3.º – 6000 CASTELO BRANCO
Tel. (072) 2 21 26 / 2 21 28 · Fax: (072) 33 18 74
Prof. Responsável: Virgílio Pinto de Andrade
Bibliotecário Responsável: Dra. Maria da Conceição Baptista

Universidade da Beira Interior

Rua Marquês d'Ávila e Bolama – 6200 COVILHÃ
Tel. (075) 31 42 07 · Tel. 32 77 70/1
Prof. Responsável: Felisberto Reigado
Bibliotecário Responsável: Dra. Sílvia Sousa

Outros centros de informação em funcionamento ou em vias de...

Forum Picoas

Loja APECO - Forum Picoas, Piso O, sala 12
Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C, 40-A – 1000 LISBOA
Tel. (01) 315 10 37 - Ext. 2911 · Fax: (01) 54 50 11

Câmara Municipal de São Vicente

Biblioteca Municipal – 9240 SÃO VICENTE
Tel. (091) 84 21 35 · Fax: (091) 84 26 66



A coesão inter-regional é uma das preocupações desde sempre associada ao processo de construção europeia.

O objectivo da presente brochura é duplo: apresentação, nas suas grandes linhas, dos princípios e políticas acordados no quadro das acções regionais da União; divulgação dos principais programas e projectos empreendidos no período 1989/93 na zona geográfica a que a brochura diz respeito.

Por razões práticas foi decidido cobrir o território nacional por meio de três brochuras - Portugal Continental, Açores e Madeira. Uma palavra especial de agradecimento vai para os organismos nacionais (Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Comissões de Coordenação Regional no Continente, Gabinete do Subsecretário Regional da Cooperação Externa da R.A. dos Açores e Direcção Regional para os Assuntos das Comunidades Europeias da R.A. da Madeira), sem cuja colaboração teria sido impossível levarmos a cabo este trabalho.